

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
162760/05-0

ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO P
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,



UNIBANCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- \ **UNIBANCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 433, 7º Andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 44.071.785/0001-69 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e
- \ **PENTÁGONO S.A. DTVM**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, sala 514, bloco nº 4, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Emissora, doravante designada simplesmente "Escritura", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de fevereiro de 2005 registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 60.015/05-6 em sessão de 14 de fevereiro de 2005 e publicada em 18 de fevereiro de 2005 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Cidade de Barueri" em 19 de fevereiro de 2005, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, com redação conferida pela Lei nº 10.303/01.

✓

Ass

2.

DOS REQUISITOS

2.1

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1

Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

2.1.1.1 A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures (“Emissão”) será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Cidade de Barueri”, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.2

Inscrição da Escritura

2.1.2.1

A presente Escritura será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.3

Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/01 e pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, e de acordo com a Instrução nº 400/03, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4

Registro em Sistema de Liquidação e Custódia

2.1.4.1

As debêntures da presente Emissão (“Debêntures”) deverão ser registradas (a) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; e (b) para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada e registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil.

2.1.6 Arquivamento de Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM

2.1.6.1 A presente Emissão é a primeira emissão realizada no âmbito do primeiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações e/ou de notas promissórias da Emissora, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de fevereiro de 2005, a ser arquivado na CVM, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), nos termos da Instrução nº 400/03, da CVM.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto, exclusivamente, a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Montante da Emissão

3.3.1 O montante da Emissão é de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), em série única, na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.4 abaixo.

3.4 Distribuição Parcial

3.4.1 Não haverá quantidade ou valor mínimo de colocação para efetivação da Emissão. Os aceitantes da oferta poderão, no ato de aceitação, condicionar sua adesão à colocação integral das Debêntures ou à colocação de proporção ou quantidade mínima de Debêntures.

3.4.1.1 Na hipótese prevista no item anterior, os aceitantes da oferta deverão indicar, no momento da subscrição das Debêntures, se pretendem receber a totalidade das Debêntures subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Debêntures efetivamente distribuídas e o número de Debêntures originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do subscritor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscritas.

3.4.1.2 Para fins do disposto no item anterior, entendem-se como Debêntures efetivamente distribuídas todas as Debêntures objeto de subscrição, inclusive aquelas sujeitas às condições previstas nos itens 3.4.1 e 3.4.1.1 acima.

3.4.2 Na hipótese de o subscritor das Debêntures ter optado por receber quantidade equivalente à proporção entre o número de Debêntures efetivamente distribuídas e o número de Debêntures originalmente ofertadas, o saldo da diferença entre as Debêntures subscritas e as efetivamente mantidas sob a titularidade do subscritor em função da referida opção deverá ser integralmente restituído aos investidores.

3.4.3 Na(s) hipótese(s) prevista(s) nos item(ns) 3.4.2 acima, a Emissora deverá publicar aviso na forma prevista no item 4.8.1 abaixo divulgando data e procedimento para a restituição dos valores recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures, na forma descrita acima.

3.5 Destinação dos Recursos

3.5.1 Tendo como horizonte o período da emissão, no contexto do plano estratégico da Emissora, os recursos captados através da presente Emissão serão utilizados para (i) liquidação de empréstimos externos (*Eurobonds*) vencidos ao longo do ano de 2005 e 2006; e (ii) realização de novas operações de arrendamento.

3.5.1.1 Tendo em vista o prazo da emissão, a Companhia, visando evitar perdas financeiras, enquanto os recursos não forem utilizados na forma descrita no item anterior, poderá, transitariamente, aplicar o eventual saldo dos recursos ora captados em títulos de liquidez imediata, adquiridos no mercado a taxas habitualmente praticadas no mercado interbancário, não havendo neste caso, impactos significativos na situação patrimonial ou nos resultados da Emissora.

3.6 Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores.

3.6.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

3.7 Negociação

3.7.1 As Debêntures serão registradas para negociação no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

3.8 Banco Mandatário

3.8.1 O Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”) será o Banco Mandatário da Emissora.

3.9 Instituição Depositária

3.9.1 O Unibanco será a Instituição Depositária das Debêntures desta Emissão.

3.10 Banco Escriturador

3.10.1 O Unibanco será o Banco Escriturador das Debêntures desta Emissão.

3.11 Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação

3.11.1 A Emissora, a critério da Instituição Intermediária Líder da distribuição das Debêntures, poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM, para que esta, a seu juízo, nos termos do artigo 25 da Instrução nº 400/03, da CVM, assim autorize na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

3.11.2 É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.11.3 A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.11.4 Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.8.2 abaixo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

3.11.5 Na hipótese de o debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à

aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.11.6 Na hipótese do item 3.11.4 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.8.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Valor Total da Emissão

4.1.1.1 O valor total da Emissão será de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, observado o disposto no item 3.4 acima.

4.1.2 Valor Nominal Unitário

4.1.2.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais).

4.1.3 Número de Séries

4.1.3.1 A Emissão será em série única.

4.1.4 Quantidade de Debêntures

4.1.4.1 Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, observado o disposto nos itens 3.4 acima, 4.1.4.2 e 4.1.4.3 abaixo.

4.1.4.2 Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução nº 400/03, da CVM, e da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2005 a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, ser aumentada até um montante que não exceda 40.000 (quarenta mil) Debêntures (“Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais, nos termos do item 4.5.3 abaixo.

4.1.4.3 Nos termos do “Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 6ª Emissão Pública da “Unibanco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil”, a Instituição Intermediária Líder da Emissão terá a opção de, caso, a seu critério, a procura pelas Debêntures apurada em procedimento de coleta de intenções assim justifique, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da Emissão, nas mesmas condições e preço constantes desta Escritura, até um montante de 30.000 (trinta mil) Debêntures.

4.1.4.3.1 Na hipótese do item anterior, a Instituição Intermediária Líder da Emissão deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures, a data do respectivo exercício e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da presente Emissão pela CVM.

4.1.5 *Data de Emissão*

4.1.5.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de janeiro de 2005 (“Data de Emissão”).

4.1.6 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1 O prazo das Debêntures será de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de janeiro de 2020 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu valor nominal, acrescido da respectiva remuneração devida, calculada conforme o item 4.3 abaixo.

4.1.7 *Forma de Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.7.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.7.3 Adicionalmente, será expedido pelo SND “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND.

4.1.8 *Conversibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.2 **Atualização do Valor Nominal**

4.2.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

4.3 **Remuneração**

4.3.1 *Juros Remuneratórios*

4.3.1.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidente sobre o valor

nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios”).

4.3.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na presente Escritura.

4.3.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento das Debêntures.

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, sendo igual a 100.

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

“ DI_k ” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.1.4 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.1.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo

do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas.

4.3.1.8 A Emissora se obriga a resgatar as Debêntures de titularidade dos debenturistas dissidentes, mediante solicitação destes, pelo saldo do valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até o dia do efetivo resgate das Debêntures, devendo o debenturista manifestar sua intenção por escrito ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de realização da assembléia de debenturistas de que trata o item anterior. As Debêntures deverão ser resgatadas no prazo de até 10 (dez) dias após a data de realização da assembléia de debenturistas.

4.3.1.9 A Taxa DI que deverá ser utilizada para o resgate das Debêntures será a última divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

4.4 Repactuação

4.4.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.5 Subscrição

4.5.1 Prazo de Subscrição

4.5.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

4.5.2 Preço de Subscrição

4.5.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.5.3

Integralização

4.5.3.1

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6

Amortização Programada

4.6.1

Não haverá amortização programada para as Debêntures.

4.7

Condições de Pagamento

4.7.1

Local de Pagamento

4.7.1.1

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, para as Debêntures registradas em negociação nesse sistema; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND, (ii) na sede da Emissora; ou (iii) na sede da Instituição Depositária.

4.7.2

Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3

Encargos Moratórios

4.7.3.1

Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão

acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4 *Não Comparecimento dos Debenturistas*

4.7.4.1 O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto e respectivo suplemento desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, inclusive no comunicado previsto no item 3.4.3 acima, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8 **Comunicações**

4.8.1 *Publicação na Imprensa*

4.8.1.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Cidade de Barueri", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e no jornal "Valor Econômico" observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.8.2 *Comunicações*

4.8.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

Unibanco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Alameda Rio Negro, nº 433, 6º andar

Barueri - SP
CEP: 06454-904
At.: Sr. Ney Ferraz Dias
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3097-1704
Fax: (11) 3997-4379
E-mail: relações.investidores@unibanco.com.br

JUL 03 08

ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S/A DTVM
Av. das Américas, 4200, bloco 4, sala 514 – Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22604-102
At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385 4565
Fax: (21) 3385 4046
E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br

iii) para a Instituição Mandatária, Depositária e Escrituradora das Debêntures:

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Av. Eusébio Matoso, 891
São Paulo
05423-901
Sr. Glenn Mallett
Telefone: (11) 3097-1213
Fax: (11) 3097-4823
e-mail: glenn.mallett@unibanco.com.br

iv) para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ



CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

JUL 99

ou

07 03 05

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664

4.8.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.8.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.

4.8.2.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

5. DO RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Resgate Antecipado

5.1.1 Não haverá resgate antecipado das Debêntures.



5.2 Vencimento Antecipado

5.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar imediatamente assembléia geral de debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses:

- i) intervenção ou liquidação da Emissora;
- ii) declaração de falência da Emissora;
- iii) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura, desde que não sanado em 15 (quinze) dias da sua ocorrência; e
- iv) praticar quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura.

5.2.2 Uma vez declaradas vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada na sede da Emissora, com cópia para CETIP e à Instituição Depositária, comunicando o fato.

5.2.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.2.2 acima.

5.2.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item 5.2.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao valor nominal das Debêntures os encargos moratórios previstos no item 4.7.3 acima, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre social, acompanhada (1) de parecer dos auditores independentes e (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
- d) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, e alterações posteriores, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- e) notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a

data e ordem do dia da Assembléia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

- f) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1 acima;
- g) qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- h) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
- i) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- j) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) convocar assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

- vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e
- xii) submeter, anualmente, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia Pentágono S/A DTVM, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;

- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades

porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- xi) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os

- indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CVM; e
 - d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- xiv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;

- iv) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitem 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), sendo a primeira devida na data de assinatura da presente Escritura e as demais parcelas devidas anual e consecutivamente, nessa mesma data, sendo que o valor da última parcela deverá ser calculado *pro rata die* até a data de seu efetivo pagamento. Em caso de mora no pagamento da quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora, na forma estabelecida no item 4.7.3.1 desta Escritura.

7.7.1 O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de cada pagamento. Na hipótese da Emissora não receber referido aviso dentro do respectivo prazo, os débitos em atraso não estarão sujeitos a quaisquer multas e/ou juros de mora, na forma estabelecida no item 4.7.3.1 desta Escritura.

7.7.2 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.3 A remuneração prevista no item 7.7 acima será acrescida dos seguintes tributos: Imposto sobre Serviços e Qualquer Natureza (ISS), contribuição ao Programa de

Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, devendo o Agente Fiduciário discriminar os tributos e respectivos valores, por ocasião da apresentação da faturas de cobrança.

7.7.4 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de fevereiro de 2004.

7.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.2 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto da Lei nº 6.404/76 sobre assembléia de acionistas.

8.3 A assembléia geral de debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A assembléia geral de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5 Serão excluídas do quorum de instalação as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou de titularidade de seus administradores, de seus controladores, de suas coligadas ou de suas controladas.

8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.8 A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.9 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 2/3 das Debêntures em circulação.

8.9.1 A alteração dos ~~quoruns~~ ~~qualificados~~ previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das ~~Debêntures~~ em circulação.

9. DECLARAÇÕES ~~E~~ GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;



- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e final e respectivos suplementos relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto e respectivos suplementos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;

- x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto e suplemento são verdadeiros;
- xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 e 30 de setembro de 2004 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xiii) a Emissora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de



qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

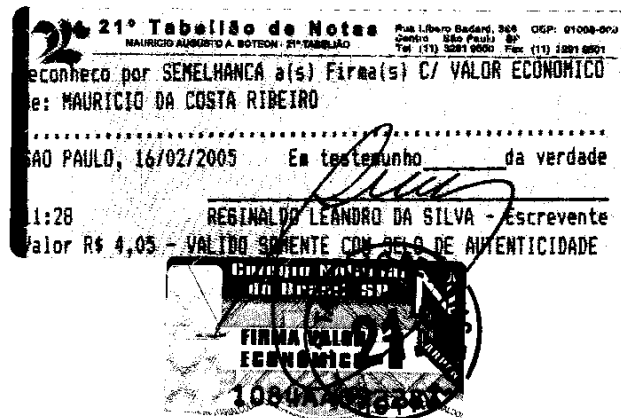
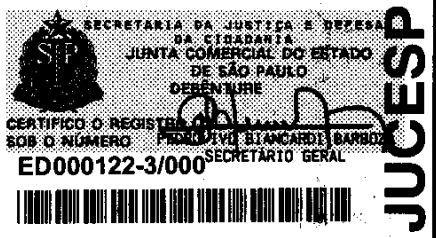
São Paulo, 15 de fevereiro de 2005

UNIBANCO LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL
Por: *Antonio Fernando Checchia Weber*
Cargo: Diretor Executivo

PENTAGONO S.A. DTVM
Por: *MAURICIO DA COSTA RIBEIRO*
Cargo: Diretor

Testemunhas:

- Nome: *Meize AP MARTINI*
RG.: 16.627.211
- Nome: *Regina B.B. Luana*
RG: 06936266-3



19000
207070

19 TABELIONATO DE NOTAS DE SAO PAULO
TABELIAO FALLEIRO
Av. Reboucas, 3.749 Fone: 3815.9855
RECONHECO POR SEMELHANCA 0003 FIM DE:
001 MEIRE APARECIDA MARTINI, 001 JULCE
REGINA GALVÃO BUENO DE LUCENA E 001
ANTONIO FERNANDO CHECCHIA MEYER
SAO PAULO, 18 de FEVEREIRO de 2005.
EN TEST () DA VERDADE

BEL, OLAVO FALLEIROS JUNIOR
SUBSTITUTO

Emolumentos + Custas = R\$*****12,15

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Carimbo: 634549, DOC. COM VALOR ETC.